

**DIRETRIZES E CONTRADIÇÕES DA DOCTRINA DE
SEGURANÇA NACIONAL EXPOSTAS NO ARQUIVO
DE DOCUMENTOS DO SERVIÇO NACIONAL DE
INFORMAÇÕES DO PARANÁ (1964-85)**

***DIRECTRICES Y CONTRADICCIONES DE LA DOCTRINA
DE SEGURIDAD NACIONAL EXPUESTAS EN EL
ARCHIVO DOCUMENTAL DEL SERVICIO NACIONAL
DE INFORMACIÓN DE PARANÁ (1964-85)***

***GUIDELINES AND CONTRADICTIONS OF THE
NATIONAL SECURITY DOCTRINE EXPOSED
IN THE PARANÁ NATIONAL INFORMATION
SERVICE DOCUMENTAL ARCHIVE (1964-85)***

*José Wilson Assis NEVES JÚNIOR**

RESUMO: O presente artigo visa analisar as fontes inéditas do Arquivo de Documentos do Serviço Nacional de Informações do Paraná provenientes do período de ditadura militar brasileira (1964-1985), disponíveis no Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina (NDPH-UEL). As fontes são abordadas a partir da perspectiva do materialismo histórico dialético de matriz lukácsiana, atentando às relações que se estabelecem entre as condições materiais da realidade concreta e as configurações das perspectivas filosófico-ideológicas.

* Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília – (UNESP/FFC), Marília – SP – Brasil. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0692-0740>. E-mail: nevesjr1991@gmail.com.

Em um primeiro momento, debruça-se na investigação das diretrizes internas de atuação dos agentes que compunham a comunidade de informações. Em seguida, são elencadas as contradições inerentes ao processo de ações persecutórias no combate à subversão, apontando a conivência da comunidade de informações com setores da sociedade civil tendencialmente fascizantes. Evidencia-se o método de racionalização a partir de princípios doutrinários que marcaram as investigações do Serviço Nacional de Informações (SNI) no Paraná.

PALAVRAS-CHAVE: Pensamento Político Brasileiro. Serviço Nacional de Informações (SNI). Ditadura Militar Brasileira. Ideologias.

RESUMEN: *Este artículo tiene como objetivo analizar las fuentes originales del Archivo de Documentos del Servicio Nacional de Información de Paraná del período de la dictadura militar brasileña (1964-1985), disponible en el NDPH-UDEL. Las fuentes se abordan desde la perspectiva del materialismo dialéctico histórico de la matriz lukácsiana, prestando atención a las relaciones que se establecen entre las condiciones materiales de la realidad concreta y las configuraciones de las perspectivas filosófico-ideológicas. Al principio, se enfoca en la investigación de las pautas internas de los agentes que componen la comunidad de información. A continuación, se enumeran las contradicciones inherentes al proceso de acciones persecutorias en la lucha contra la subversión, señalando la connivencia de la comunidad de información con sectores de la sociedad civil que tienden a ser fascinantes. El método de racionalización se evidencia con base en los principios doctrinales que marcaron las investigaciones del SNI en Paraná.*

PALABRAS CLAVE: *Pensamiento político brasileño. Servicio Nacional de Información. Dictadura militar brasileña. Ideologías*

ABSTRACT: *The following paper aims to analyze the unpublished sources of the Paraná National Information Service Documental Archive during the period of Brazilian military dictatorship, available at NDPH-UDEL. The sources were approached by the lukascian's matrix perspective of historical-dialectical materialism, focusing on the relations between material conditions of concrete reality and the philosophical-ideological perspectives configuration. Firstly, the focus is on investigating the internal guidelines of performance by the agents who composed the information community. Then, a list is made of the intrinsic contradictions in the process of persecuting actions to combat subversion, pointing the information community connivance with sectors of civil society tending to*

fascism. The method of rationalization based on doctrinal principles which marked the SNI in Paraná is evidenced.

KEYWORDS: *Brazilian Political Thought. National Information Service. Brazilian Military Dictatorship. Ideologies.*

Introdução

Criado no ano de 1964, logo após o Golpe de Estado que destituiu o então presidente em exercício João Goulart (1961-1964), o Serviço Nacional de Informações (SNI) tinha por intuito consolidar-se como órgão de inteligência nacional que viabilizasse uma qualificação técnica, organizacional e doutrinária no aparelho de informações e contrainformações nacional – partindo, para tanto, da apropriação de diretrizes provenientes dos modelos alemão, francês, inglês e, principalmente, estado-unidense (BRASIL, 2014).

A formação dos agentes, que integraram este órgão de inteligência, partia do pressuposto de adequar os especialistas brasileiros, formados a partir das diretrizes da doutrina de Segurança Nacional da Escola Superior de Guerra (ESG), ao paradigma estado-unidense de neutralidade investigativa. Contudo, o que se evidencia em pesquisas da temática é que as ações persecutórias desenvolvidas pelos agentes da comunidade de informações permeavam juízos de valores e, especialmente, a represália de grupos ou indivíduos que partilhassem de ideais político-ideológicos divergentes dos parâmetros doutrinários pelos quais os agentes foram instruídos (FICO, 2001; LAGÔA, 1983; SAMWAYS, 2014).

A partir do acesso ao Arquivo de Documentos do Serviço Nacional de Informações dos Estados do Paraná-PR e Santa Catarina-SC,¹ a presente pesquisa objetivou analisar a forma como esta tendência investigativa, de caráter ideológico, permeou o cotidiano de atuação dos agentes da comunidade de informações paranaense durante o período de ditadura militar brasileira (1964-1985).

Estabeleceu-se como perspectiva teórico-metodológica o prisma analítico do materialismo histórico-dialético de matriz lukácsiana, mais especificamente de suas contribuições para a análise das formações ideológicas e suas repercussões para a dinâmica das relações do ser social (LUKÁCS, 1970, 2010, 2018). Deste modo, parte-se do pressuposto de que as ideologias são tanto condicionadas, quanto limitadas pelas condições materiais da realidade concreta e seus subseqüentes anta-

¹ O arquivo de documentos do SNI paranaense e catarinense encontra-se disponível para consulta pública no Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina (NDPH-UEL), e foi analisado durante a pesquisa de Doutorado em Ciências Sociais (Unesp/Marília) financiada com bolsa Capes/DS.

gonismos de classe, inserido em um complexo de divisão internacional do trabalho (MARX, 2008b; MARX; ENGELS, 2007).

Compreende-se, assim, que as diretrizes doutrinárias, que nortearam a lógica persecutória da comunidade de informações paranaense, decorreram de uma exacerbação do **padrão de reação societária** brasileiro,² condicionado pelas configurações internacionais da Guerra Fria (1945-1991) e do próprio sentido da **via prussiano-colonial** de desenvolvimento capitalista nacional.³

Das aproximadas sete mil pastas de documentos, que compõem o Arquivo, foram, intencionalmente, selecionadas seis pastas (contendo cento e quarenta e cinco laudas), privilegiando o recorte geográfico (Paraná) e temático (diretrizes de funcionamento da comunidade de informações).

Comunidade de informações e a pressuposta neutralidade investigativa

No ano de 1978, foi enviada à agência regional de informações do Paraná uma avaliação acerca do contingente de funcionários ativos e necessários para atuação nos territórios paranaense (PR) e catarinense (SC) – ambos subordinados à Quinta Região Militar/Divisão de Infantaria (5ª RM/DI),⁴ sediada em Curitiba-PR. Dado o contínuo e acelerado crescimento populacional dos Estados do Paraná e Santa Catarina, o agente responsável avalia os problemas decorrentes do excesso de trabalho em relação à escassez de profissionais envolvidos na comunidade de informações regional. Segundo consta no relatório:

O fluxo de informações passou a exigir maior gama de trabalho na coleta de dados e análise, e, portanto, qualificação mais aprimorada do pessoal desta AR.

A estrutura em pessoal, mesmo considerando o completamento de todos os cargos previstas no O L P, tem se mostrado insuficiente; as dificuldades em pessoal, serão minoradas quando se tornar viável a transformação da ACT de tipo “A” para o

² Segundo Fernandes (2008), dado o caráter dependente da burguesia nacional, e do modelo autocrático de Estado que formula em decorrência disto, o padrão de reação societária tende, em determinados momentos, a se exacerbar, passando a refutar qualquer proposição reformista (liberal esclarecida) ou progressista (socialista/comunista) nos âmbitos político e civil.

³ Conforme Mazzeo (1999; 2015), a particularidade da via de desenvolvimento nacional constitui uma junção do modelo autocrático de formulação do Estado (via prussiana) e pautado em uma perspectiva de desenvolvimento econômico dependente dos interesses e direcionamentos do capital imperialista externo (via colonial).

⁴ Subordinada ao III Exército (Porto Alegre), “a 5ª RM/DI possuía em seu território comandos subordinados de artilharia divisionária, brigadas de infantaria, regimentos e batalhões de infantaria, grupos de artilharia, regimentos de cavalaria e unidades de apoio” (PARANÁ, 2014, p.73).

tipo “B”, de maior efetivo ou a criação de um Núcleo ou mesmo uma AR, em Santa Catarina.

Quanto ao adestramento e especialização do pessoal, a EsNI, tem proporcionado um elevado nível de cooperação, tanto quantitativo – número de vagas – quanto qualitativo. Carece, no entanto, considerar que o recrutamento de pessoal para a Agência constitui [sic] problema complexo pela escasses [sic] de material humano com a qualificação desejada (PARANÁ, SNI, Funcionamento do SISNI, ACT_ ACE_1495, 30 de dezembro de 1978, lauda 02 – grifo nosso).

Nota-se alguns elementos que se destacam na avaliação do agente responsável, dos quais a principal elucidação é a exacerbada preocupação com a qualidade do “material humano” a ser integrado na comunidade de informações. A preocupação com a formação qualitativa dos agentes que compunham o aparelho repressivo estatal da ditadura militar, a partir dos pressupostos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), era uma das características basilares da comunidade de informações, contudo, a formação dos agentes de informação perpassava um crivo ainda mais rígido – a própria DSN golberyana exibia diretrizes claras a respeito da preocupação com os baixos níveis intelectivos da população brasileira, que a tornaria facilmente manipulável pelos sujeitos subversivos (SILVA, 2003).

Segundo Mathias e Andrade (2012), foi com a participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) que se despertaram as preocupações de lideranças das Forças Armadas brasileiras a respeito de sua defasagem tecnológica, estrutural, organizacional e doutrinária. A partir destas constatações, as Forças Armadas brasileiras passaram a se reformular de modo a assemelhar-se com a congênera estado-unidense. Assim, o Conselho de Segurança Nacional (CSN)⁵ sofreu reformas, passando a se consolidar como Serviço Federal de Informações e Contra Informações (SFICI) – delineado em 1946 e implementado em 1956.

Neste processo, a ESG e, posteriormente, a Escola Nacional de Informações (ESNI)⁶ desempenharam papel de destaque na elaboração das diretrizes de uma nova DSN, dos quais o destaque de protagonismo intelectual cabe a Golbery do Couto e Silva (MIGUEL, 2002), ocupando-se de traçar estudos específicos a respeito da

⁵ O primeiro órgão de vigilância brasileiro surgiu em 1927, intitulado Conselho de Defesa Nacional (CDN), servindo como mecanismo de controle da classe operária e combate às agitações políticas. Posteriormente o órgão foi aprimorado por Getúlio Vargas, passando à denominação de Conselho de Segurança Nacional (CSN), agora mais centralizado (FIGUEIREDO, 2005).

⁶ Fundada na década de 1970, a Escola Nacional de Informações (ESNI), constituiu-se enquanto centro específico para uma formação de elite dos agentes de informação (civis e militares), apropriando-se dos elementos formativos da ESG e de diretrizes de instituições similares internacionais (EUA, Inglaterra, Alemanha e França). A ESNI possuía uma rígida hierarquia para a formação de seus quadros (SOUZA, 2019).

Geopolítica nacional, voltados, mais especificamente, para o combate das infiltrações, e difusões, de ideologias “exóticas” no território nacional, sendo que “no contexto de Guerra Fria, a concepção de segurança era o requisito para contrapor-se ao comunismo” (SOUZA, 2019, p.424). Seguindo, assim, os parâmetros reflexivos da *National War College* (NWC), os setores intelectualizados das Forças Armadas brasileiras passaram a delinear a doutrina que legitimou, não só a deflagração do golpe de 1964, como, também, todo o processo de desenvolvimento do amplo e violento aparato repressivo que caracterizou a ditadura militar brasileira.

Neste sentido, deve-se ressaltar que Lukács (2018) apreende a ideologia, antes de tudo, enquanto um meio de luta, pelo qual classes, ou grupos de classe, organizam seus pares com o objetivo de dirimir os conflitos inerentes à vida social. Assim, aponta-se que o processo reflexivo tanto de formulação das ideologias, quanto das suas subsequentes maneiras de interpretar a realidade social, perpassa um complexo processo de estabelecimento de diretrizes combativas e objetivos que ambicionam a consolidação de um consenso social que viabilize sua reprodução e, por conseguinte, atendimento dos interesses particulares daqueles que se posicionam ideologicamente em sociedade.

É dentro desta perspectiva que se edificou o Serviço Nacional de Informações (SNI), no ano de 1964, sob idealização e chefia do próprio general Golbery do Couto e Silva.⁷ Conforme indicado pelo primeiro volume do Relatório da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014), a organização das agências central e regionais do SNI ocorria da seguinte forma (com contingente de funcionários relativos à amplitude de atuação de cada agência): Chefia, Seção de Informações Estratégicas, Seção de Segurança Interna e Seção de Operações Especiais,

A substituição de Golbery do Couto e Silva, pelo general Garrastazu Médici na chefia do SNI, no ano de 1967, traz um marco essencial para o órgão estatal de informações, ampliando “suas atividades, antes restritas a investigações sobre ação subversiva e corrupção, para incluir a análise dos problemas políticos, sociais e econômicos que agitavam o país” (BRASIL, 2014 p.102).

A extensa cadeia hierárquica que se constituiu na comunidade de informações brasileira partia, assim, de rígidos pressupostos doutrinários, como condição de integração do sujeito ao imenso órgão investigativo. Suas incumbências estendiam-se desde o simples levantamento cotidiano de dados sobre potenciais ameaças ao país, até a formulação de proposições de projetos de porvir para o Brasil (SOUZA, 2019). Dentro destas diretrizes, as mencionadas instituições de ensino militar, com ênfase para a Escola Nacional de Informação (ESNI), exerciam o papel primordial

⁷ Relevante enfatizar que Golbery do Couto e Silva era o chefe do SFICI durante o governo de Jânio Quadros (1961), tendo solicitado afastamento após a dramática renúncia do presidente, passando a ocupar-se com a difusão de propagandas e ideias contrárias a João Goulart em meio à sociedade civil, financiado, inclusive, pelo capital nacional e estado-unidense (BRASIL, 2014).

de formação qualificada de contingente e presumiam uma concordância com o paradigma de neutralidade investigativa estado-unidense.

Neste sentido, há de se retomar os apontamentos realizados acerca do “trabalho humano qualificado” na região do Paraná e Santa Catarina, de acordo com os parâmetros desejados pela comunidade nacional de informações, expressos no documento Funcionamento do SISNI (PARANÁ, SNI, Funcionamento do SISNI, ACT_ ACE_ 1495, 30 de dezembro de 1978, lauda 02). O relator segue sua análise das conjunturas paranaense e catarinense enaltecendo o trabalho desenvolvido pelo então delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)⁸ de Curitiba-PR, Ozias Algauer como exemplo de excelência no combate à subversão – chegando, inclusive, a lamentar o fato de outras lideranças da região não se equiparem qualitativamente a Algauer.

Pertinente se faz, portanto, analisar algumas das contribuições de Ozias Algauer para o funcionamento qualitativo da comunidade de informações paranaense, atentando à forma como o delegado se apropriava, ou não, dos mencionados pressupostos paradigmáticos de neutralidade. Em Inquérito Policial-Militar estabelecido no ano de 1975 para averiguação das articulações do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no Paraná, os posicionamentos de Algauer permitem elucidar, alguns dos aspectos que caracterizavam sua lógica interpretativa da realidade e dos sujeitos investigados. Para tanto, tomemos alguns trechos da introdução de seu relatório, parte do texto que fundamenta a necessidade de continuar os processos de identificação e perseguição aos membros do PCB-PR, nas palavras do delegado do DOPS de Curitiba-PR:

A subversão foi, é, e sempre será uma constante entre os homens. Ela existiu em todos os episódios da história e todas as gerações tiveram, tem e terão sua época de com ela conviver, desta ou daquela forma, dependendo do momento histórico. Ela se manifesta sempre em torno das instituições políticas, MILITARES, sociais e econômicas de um determinado País, procurando miná-las da base à cúpula, visando, muito ao contrário do aprimoramento, sua destruição no momento oportuno (PARANÁ, SNI, Inquérito visando o comprometimento dos militantes do PCB no Paraná, ACT_ ACE_ 1022_ 81, 17 de novembro de 1975, lauda 7).

A lógica argumentativa apropriada por Algauer para justificar a necessidade de um contínuo, e permanente, processo persecutório contra a subversão, deita raízes em princípios intrínsecos da DSN golberyana, dos quais se destacam a apreensão da subversão como elemento inerente à condição humana (os sujeitos sociais seriam

⁸ Até o final da década de 1960, os DOPS eram responsáveis pelas ações policiais de repressão política (NAPOLITANO, 2014).

propensos ao desenvolvimento, ou apropriação, de ideias que fomentem o rompimento com a ordem social vigente), assim como a utilização do universo conceitual da guerra total e das subsequentes preocupações com o processo de aparelhamento institucional, que dela decorrem. Há, assim, no embasamento investigativo de Ozias Algauer uma evidente e exacerbada recorrência à necessidade de vigilância das instituições, especialmente militares, declarando, inclusive, o sentido político que tal processo deve assumir, em consequência de suas pretensões de combate à subversão.

Muito distante, portanto, de pautar-se em uma neutralidade investigativa, Ozias Algauer reforça o caráter político (voltado para a manutenção da ordem capitalista) que deve nortear a ação persecutória dos agentes comprometidos com o exercício de sua função nos órgãos de repressão estatais. Outros elementos ideológicos de sua lógica interpretativa são expostos na continuação de sua fundamentação introdutória, onde o delegado do DOPS de Curitiba-PR enfatiza que:

A “Célula Motor” da Sociedade é a família e podemos servir dela como exemplo da convivência social. Assim sendo que, o fim de uma família em que não existe princípio de hierarquia consciente e natural de pais para filhos, inspirados no exemplo que aqueles deverão transmitir a esses, e também, em que não haja o respeito mútuo provocado quase sempre pela irresponsabilidade dos pais em não levarem os filhos aos princípios básicos da religião, da moral e da honestidade, fatalmente essa família será conduzida nos caminhos da desagregação e, por conseguinte, da desintegração. Assim como as famílias, são os Países e assim como os pais, o governo (PARANÁ, SNI, Inquérito visando o comprometimento dos militantes do PCB no Paraná, ACT_ ACE_1022_81, 17 de novembro de 1975, lauda 7).

A recorrência a uma percepção de organicidade social, pautada em pressupostos hierárquicos nas relações entre sujeitos e no papel desempenhado por distintas instâncias institucionais do complexo social (desde a família até o Estado nacional) para a construção de uma sociedade organicamente coesa, remete, assim, a outro elemento que compunha a ideologia da DSN do agente repressivo, que constitui as heranças positivista⁹ e funcionalista¹⁰ da doutrina militar que viabilizou o desencadeamento das ações persecutórias durante o período (1964-1985).

⁹ Tendo como principal teórico Auguste Comte (1798-1857), o positivismo surgiu na França no início do século XIX, tendo por pressuposto solucionar os problemas decorrentes da crise social e moral inerente ao massivo processo de industrialização e urbanização capitalista.

¹⁰ Aperfeiçoamento do positivismo, o funcionalismo tem como principal precursor o sociólogo Émile Durkheim (1858-1917) e tinha por princípio apreender a função que as instituições exercem no bom ou mau funcionamento da sociedade, enfatizando o papel coercitivo que deveria ser desempenhado por estas de modo a garantir uma organicidade coesa entre os membros de uma sociedade.

Compreende-se que o positivismo surge a partir de uma apologética burguesa vulgar que, rompendo com a anterior tradição progressista do pensamento burguês, negava a existência das inerentes contradições do capitalismo, ao passo que entendia o seu sistema econômico como detentor de uma tendência ao equilíbrio e ao progresso linear, sendo que “com a acentuação das contradições capitalistas, essa segunda tendência orienta-se para o agnosticismo, refugiando-se num formalismo vazio e convertendo-se em positivismo, ou seja, passa a estabelecer ‘limites’ à compreensão racional da realidade” (COUTINHO, 2010, p.45).

Em continuidade a forma interpretativa positivista da realidade, o funcionalismo desenvolveu um sofisticado aparato de fundamentação científica para justificar a desigualdade social (entre outros aspectos que compactuam com a reprodução da dominação burguesa), partindo de ideias provenientes das ciências naturais como, por exemplo, as de distribuição de nutrientes para os órgãos de acordo com o seu grau de essencialidade e, assim como no positivismo, a pressuposição de neutralidade analítica passou a consolidar uma máscara de cientificidade que vela sua real tendência ideológica burguesa (LÖWY, 2009).

Não se pode deixar de indicar, entretanto, que algumas divergências são claras entre elementos nucleares da DSN da ESG e dos princípios basilares do positivismo e do funcionalismo, especialmente no que tange à relação com o tradicionalismo cristão. A doutrina da ESG tomava o cristianismo como uma das características genéticas da sociedade brasileira (assim como do próprio ocidente) mantendo-se acrítica quanto aos efeitos do tradicionalismo católico no país (KOCH, 1999).¹¹ Inclusive, as vertentes progressistas do clero latino-americano (que se propunham a realizar reinterpretações bíblicas que possibilitassem críticas sociais, políticas e econômicas), eram tomadas como um dos principais perigos para a concretização dos objetivos gerais da nação (entenda-se, os objetivos desenvolvimentistas dos militares no poder) – fato exposto em relatório do arquivo (PARANÁ, SNI, Atividades Subversivas – as atuais áreas de tensão no país e sua provável utilização pela subversão, ACT_ACE_1545_81, 20 de julho de 1978, 36 laudas).¹²

Há de enfatizar, ainda, algumas peculiaridades da forma como Ozias Algauer conduz seu raciocínio investigativo acerca da realidade paranaense, para tanto, deve-se realizar uma diferenciação crucial entre a **racionalidade**, em si, e o mero processo de **racionalização**. Se, por um lado, a primeira forma de raciocínio parte

¹¹ Apesar das divergências teórico-metodológicas, é necessário reconhecer o mérito de Karl Mannheim (1981) em identificar a forma como na dinâmica da vida social o tradicionalismo, de modo mais amplo, tende a preconizar processos reativos nos sujeitos sociais que possibilitam uma subsequente formulação complexa do pensamento conservador frente às especificidades das disputas conjunturais de uma época.

¹² Reconhece-se, assim, que os elementos interpretativos do pensamento cristão permeiam, historicamente, diferentes perspectivas político-ideológicas brasileiras, tanto conservadoras quanto progressistas (AMARAL, 2010).

de pressupostos empíricos, aberta a possibilidades de contestação,¹³ por outro, a segunda compartilha de princípios mutilados da forma racional de conhecimento, “dessa maneira, uma doutrina que obedece a um modelo mecanicista e determinista para considerar o mundo não é racional, mas racionalizadora” (MORIN, 2000, p.23).

O método da racionalização, como forma investigativa, é característico das formas elitistas, hierárquicas e rígidas de formação intelectual, moldes incorporados pela própria Escola Nacional de Informações (ESNI), que pressupunha uma cadeia rígida de papel a ser desempenhado em cada nível de inserção na sua grade de aprendizado. Conforme demonstra Souza (2019), os cursos da ESNI eram classificados em três modalidades (A, B e C), sendo que o acesso a cada um deles era determinado pelo nível hierárquico militar ou pela condição social do civil que o pretendesse.

A partir deste horizonte de **racionalização** filosófico-ideológico (positivista, funcionalista e capitalista) Ozias Algauer traça as diretrizes que considera cabíveis para uma efetiva atuação combativa da subversão nas terras paranaenses, não limitando, contudo, a incumbência de tal tarefa exclusivamente aos agentes da repressão. Note-se que as pressuposições funcionalistas de organicidade social (a partir de uma coerção institucional) e de moralismo positivista permitem elucidar outro elemento do núcleo conceitual doutrinário golberyano, o da própria Segurança Nacional, que se estendia como responsabilidade de todo e qualquer indivíduo, ou instituição, comprometido com os objetivos gerais da nação: desenvolvimento capitalista e combate ao inimigo difusor de ideologias exóticas (socialismo/comunismo).¹⁴

As diretrizes oficiais de atuação dos agentes da comunidade de informações e repressão, a partir de paradigmas neutros de investigação são, portanto, colocadas completamente em xeque. O que se evidencia nas fundamentações filosófico-ideológicas do delegado Ozias Algauer, assim como nas próprias formulações da doutrina oficial de Golbery do Couto e Silva, são elementos que possibilitavam o desencadeamento de ações persecutórias a qualquer possível ameaça à frágil ordem social de dominação, que a ditadura militar brasileira visava gerir – ou seja, um projeto desenvolvimentista que partia de uma relação duplamente subordinada da classe trabalhadora nacional, na qual a burguesia interna, adequada a métodos de superexploração da força de trabalho, não ambiciona, em nenhum momento, o rompimento com a relação de dominação com o imperialismo capitalista externo (MARINI, 2017). Dentro desta perspectiva, há de se considerar que no inexorável

¹³ Neste sentido, indica-se a racionalidade como distensão inerente ao método cartesiano de construção do pensamento que é característico das sociedades ocidentais modernas, o qual constitui “um instrumento desantropomorfizador, a preparação da subjetividade para o contato despido de preconceitos com a realidade objetiva” (COUTINHO, 2010, p.24).

¹⁴ Ademais, é relevante enfatizar que entre as vinte (20) menções que constam sobre o delegado Ozias Algauer no *Relatório Estadual da Comissão da Verdade – Teresa Urban* (PARANÁ, 2014), destacam-se tanto seu protagonismo na coordenação de processos de tortura, quanto a ambiguidade na concessão de atestados ideológicos para sujeitos que apresentavam antecedentes subversivos.

embate estabelecido entre posições ideológicas opostas, ocorrem processos de assimilação de distintas configurações das construções teleológicas humanas (religiões, métodos científicos, tradições, entre outras), sempre visando, antes de tudo, um meio de luta e estratégias para dirimir os conflitos de classe (LUKÁCS, 2018).

A apreensão lukácsiana a respeito deste efeito particular que uma ideologia pode assumir, em determinadas condições, é de extrema relevância para compreensão da forma deturpada como a lógica persecutória da DSN aplicou-se no cotidiano investigativo e repressivo da ditadura militar, não só como pressupostamente neutra, mas, também, legitimada por um aparato jurídico-legislativo que previa, inclusive, medidas de exceção em casos específicos. Para tanto, são relevantes alguns apontamentos sobre as formas específicas que os distintos campos do conhecimento assumem, em relação à inexorável tendência aos erros intelectuais, enfatizando que:

Nossos sistemas de ideias (teorias, doutrinas, ideologias) estão não apenas sujeitos ao erro, mas também protegem os erros e ilusões neles inscritos. Está na lógica organizadora de qualquer sistema de idéias resistir à informação que não lhe convém ou que não pode assimilar. As teorias resistem à agressão das teorias inimigas ou dos argumentos contrários. Ainda que as teorias científicas sejam as únicas a aceitar a possibilidade de serem refutadas, tendem a manifestar esta resistência. Quanto às doutrinas, que são teorias fechadas sobre elas mesmas e absolutamente convencidas de sua verdade, são invulneráveis a qualquer crítica que denuncie seus erros (MORIN, 2000, p.22).

O fato das diretrizes filosófico-ideológicas da DSN se apresentarem, já de prontidão, enquanto representação doutrinária (estando, portanto, invulnerável à possibilidade de críticas) é, por si só, um elemento de extrema relevância para apreensão da forma como esta concepção de mundo fundamentou a exacerbação do **padrão de reação societária**. A isto, acresce-se um fato peculiar sobre a DSN, que, diferente das tendências comuns de formulações teóricas, concebia-se a si mesma como ideologia (SILVA, 2003). A soma destas duas características essenciais, e curiosas, permitiram à DSN apresentar-se como representação do “espírito nacional”. Por um lado, inserindo-se de modo autocrático no sistema político nacional a partir de uma forma deturpada de fundamentação discursiva (propunha-se a defesa de princípios democráticos, ao mesmo tempo em que preconizava o combate às divergências da coesão ideológica), por outro lado, ocupando sistematicamente o aparelho estatal a partir de um rígida ordem hierárquica e doutrinária de disciplina e adequação dos agentes.

Faz-se necessário estender as análises para a apreensão do sentido e função exercidos pela incorporação do paradigma supostamente neutro de matriz estado-unidense no direcionamento da atuação dos agentes da comunidade de informações

brasileira. Sendo, para tanto, relevante enfatizar que “o paradigma desempenha um papel ao mesmo tempo subterrâneo e soberano em qualquer teoria, doutrina ou ideologia. O paradigma é inconsciente, mas irriga o pensamento consciente, controla-o e, neste sentido, é também supraconsciente” (MORIN, 2000, p.26). Desta forma, a absorção e aplicação dos paradigmas perpassa um duplo processo, que é ao mesmo tempo consciente e inconsciente, sendo que seu caráter inconsciente exacerba-se quando se leva em consideração a sua integração aos princípios de uma doutrina, ou mesmo ao modelo de formação rigidamente elitista-hierárquica (em muitos aspectos acrítica) ao qual estavam submetidos os agentes que compunham o extenso aparato repressivo e investigativo da ditadura militar brasileira.

A incorporação dos pressupostos paradigmáticos investigativos estado-unidenses pela comunidade de informações brasileira, perpassou, é claro, um complexo processo de integração dos novos elementos aos princípios ideológicos inerentes à visão de mundo, capitalista/positivista/funcionalista/tradicionista, que caracterizava o núcleo ideológico duro dos setores militares que disputavam espaço nos direcionamentos do regime ditatorial estabelecido (1964-1985). O que, contudo, não deixa de evidenciar o caráter problematicamente subordinado que permeou este processo.

Em primeiro lugar, destaca-se a própria forma utilizada para a incorporação deste paradigma no SNI, que ocorreu por meio do acordo estabelecido, pelo general Golbery do Couto e Silva (já no ano de 1964), entre Brasil e Estados Unidos (EUA), o qual vinculava (entenda-se subordinava) o sistema de inteligência brasileiro à *Central Intelligence Agency* (CIA).¹⁵ Em segundo lugar, o recente acesso aos documentos da CIA, referentes ao período de ditadura militar brasileira, evidencia o interesse dos EUA em garantir a continuidade do processo de perseguição (e execução sumária) dos sujeitos subversivos na América-Latina (EUA, 1974). Neste sentido, Tapia Valdés (1980) indica que as formulações da política anticomunista, que permeou a percepção de segurança nacional oficial dos EUA, se delinearam de modo a conceber o problema da subversão como uma questão de nível internacional, elemento que objetivava legitimar o direito de intervenção estado-unidense nos demais países, especialmente na América Latina. Disto, implica reconhecer que:

A violação das soberanias nacionais foi condição sem a qual o sucesso da DSN não se efetivaria, e para isso, os militares estadunidenses contaram com a colaboração e ativismo dos militares latino-americanos responsáveis pela aplicação da DSN nos diversos contextos nacionais. Portanto, ao obedecerem à aplicação dos preceitos norteadores da DSN, exércitos latino-americanos, passaram a definir

¹⁵ Durante sua chefia do SNI, o general Golbery do Couto e Silva responsabilizou-se pelas negociações que direcionaram o estabelecimento do acordo: Relação de Ligação entre o Serviço Nacional de Informações Brasileiro e o Serviço de Informações Americano (MATHIAS; ANDRADE, 2012).

o “inimigo interno” (dos EUA, mas nos contextos nacionais latino-americanos) como alvo (RIBEIRO, 2019, p.392).

Assim, a exportação de seu modelo paradigmático de investigações, garantiu aos EUA a difusão (e controle) de princípios dogmáticos dos direcionamentos dos serviços de inteligência em países subdesenvolvidos, que viabilizavam a manutenção de seus interesses político-econômicos na disputa da Guerra-Fria. Conforme indica Mészáros (2014), a preocupação com a consolidação do consenso de um Estado de ideologia única (capitalista), marcou as políticas estado-unidenses do período, fenômeno que foi potencializado pela imposição de processos de especialização e burocratização dos serviços e do próprio conhecimento – favorecendo o seu cerceamento.

Determinadas constatações permitem discernir os efeitos nocivos que a apropriação do paradigma estado-unidense trouxe, tanto para a soberania brasileira (ao passo em que permitiu a utilização do aparelho estatal nacional em prol da defesa de interesses externos), quanto para a própria sociedade civil brasileira (que teve seus direitos cerceados e foi submetida a um extenso, violento e pernicioso aparato estatal repressivo, o qual partia de um padrão de reação societária exacerbado e divergente dos mais básicos princípios de convivência democrática).

Com a abertura política nacional (1985), o SNI passou por uma gradual desarticulação até ser extinto e substituído, completamente, pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) no ano de 1991, o que, em certa medida, demonstra um potencial processo de autocritica interna da comunidade de informações acerca dos problemas inerentes ao gigantismo estrutural que constituiu o SNI.

Segundo Souza (2019), é relevante considerar que, além do amplo contingente de funcionários metodicamente treinados para o exercício da produção de informações, identificação de potenciais subversivos e, até mesmo, infiltração dentro de grupos e organizações da esquerda brasileira, a comunidade de informações e os órgãos de repressão brasileiros contavam, também, com o apoio de civis, voluntários, para auxiliar em seus processos. Desta forma, é necessário debruçar-se na análise do modo como o SNI paranaense lidava com os mencionados sujeitos e grupos, civis ou paramilitares, no que tange ao processo de inserção destes dentro do sistema de combate à subversão.

Anticomunismo e contradições investigativas

No ano de 1981, foi solicitado à Agência Regional (AR) paranaense do SNI, uma investigação acerca das organizações polonesas com sedes na região. O caso embasava-se em questionamentos jurídicos sobre a inconstitucionalidade de duas

entidades de Curitiba-PR, a *Associação Beneficente e Cultural dos Poloneses do Brasil* e a *Sociedade Marechal José Pilsudski*.¹⁶ O agente responsável, após traçar um panorama histórico sobre a inserção dos poloneses no Sul do Brasil, infere que “as duas entidades são anticomunistas e seus associados se reúnem para fins recreativos” (PARANÁ. SNI. Entidades que Congregam a Colônia Polonesa nos Estados do Paraná e Santa Catarina, ACT_ACE_1375_81, 09 de setembro de 1981, lauda 04).

O mencionado Inquérito traz contribuições relevantes para a problemática da relação que se estabelecia entre o SNI paranaense e as organizações civis que compartilhavam dos pressupostos anticomunistas basilares da DSN. A forma como o agente responsável visou minimizar a questão do caráter inconstitucional das entidades polonesas paranaenses, a partir da evidenciação de suas vinculações com os princípios norteadores da ditadura militar brasileira (anticomunistas), demonstram uma peculiaridade contraditória no modo como as investigações eram conduzidas pelos agentes de informações.

Note-se que, na lógica de fundamentação investigativa do agente, a própria questão da legalidade institucional é relevada como problema secundário, em detrimento da coesão político-ideológica partilhada pelos sujeitos, ou grupos, inquiridos. Há, deste modo, uma visível tendência dos agentes de informações em compactuarem com uma, relativa, defesa dos investigados que partilhavam do anticomunismo.

Neste sentido, ressalta-se que o período seguinte ao término da Segunda Guerra Mundial, marcou-se pela exacerbação dos conflitos políticos no interior das instituições, das quais se destaca o Clube Militar, e a crescente polarização decorrente da Guerra Fria exaltou os ânimos dos militares e civis que partilhavam de perspectivas políticas divergentes, tornando-se um fértil solo para a germinação e ampliação do anticomunismo – fenômeno que, no caso latino-americano, acirrou-se ainda mais com a vitória da Revolução Cubana (1961), alinhada ao bloco socialista¹⁷ (BRASIL, 2014).

Assim, entre os anos de 1945 e 1964, as alianças entre civis e militares, em níveis nacional e internacional, em prol do combate ao comunismo na América Latina, se fortaleceram. Segundo Rodeghero (2002), a lógica argumentativa que permeava o ideal anticomunista dos EUA (protagonista na sua difusão desta vertente ideológica), reconhecia o caráter esparso das lideranças comunistas na América Latina, e no Brasil, contudo, enfatizava a forte capacidade de obtenção do sucesso

¹⁶ O processo corrente era de autoria do jurista Antonio Angelo Gianello e fundamentava-se na acusação de inconstitucionalidade dos estatutos vigentes nas duas entidades, os quais vedavam a integração de brasileiros natos ou naturalizados nas instituições.

¹⁷ Conforme indica Motta (2000), o momento de viragem da Revolução Cubana foi o precursor de uma transformação do projeto político-econômico-militar estado-unidense, que passa a dar primazia para a realidade latino-americana (até então tomada como detentora de baixos níveis de potencialidade revolucionária socialista).

em influenciar setores da sociedade civil (especialmente a imprensa, estudantes e sindicatos), o que acentuava-se com a ascensão de governos pautados no antiame-ricanismo (anti-imperialismo) – como foi, no Brasil, o caso do governo trabalhista/nacionalista de João Goulart (1961-1964).

Não é de se admirar, portanto, que, neste contexto, membros conservadores da sociedade brasileira e lideranças das Forças Armadas (dos quais se destaca, mais uma vez, Golbery do Couto e Silva), com amplo financiamento do capital estado-unidense, passaram a assumir o papel de construtores de opinião pública anticomunista e depreciativa às propostas de Jango – em consequência de sua submissão ao imperialismo dos EUA. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) tiveram, assim, papel crucial da difusão do ideal anticomunista que marcou a onda conservadora brasileira do início da década de 1960 (LUZ, 2015).

Ressaltando, ainda, que “esse núcleo civil esteve também articulado a grupos fascistas e integralistas de extrema direita, organizados em movimentos anticomunistas, que praticaram muitos atos de terror e de intimidação, particularmente junto ao movimento estudantil” (BRASIL, 2014, p.97). Chega-se, então, à discussão sobre outra das configurações do anticomunismo que tomaram forma no Brasil ditatorial, os grupos paramilitares.

Em atendimento à solicitação de investigação referente à denúncia do então deputado estadual Renato Bernardi (MDB)¹⁸, a respeito da atuação do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), na região do Paraná, o agente de informações, apesar de reconhecer a presença do CCC na área da Agência, ocupa-se de traçar um levantamento dos sujeitos e instituições da esquerda que vinham sendo perseguidos pela organização paramilitar – dos quais se destacam lideranças e paróquias vinculadas ao clero libertador, a sucursal do semanário *Em Tempo* e o militante comunista Berek Kringer (preso em 1975 na *Operação Marumbi*),¹⁹ sendo que este último:

[...] recebeu um panfleto contendo ameaças e a foto de um casal, estando o homem ferido, com as frases:

“EIS UMA FOTO QUE PREVÊ COMO SERÁ SUA FUGA E A DE SUA MULHER PARA A RUSSIA. ISTO SE DEIXARMOS. JUDEU/COMUNISTA.”
(PARANÁ, SNI. Comando de Caça aos Comunistas – CCC – Renato Bernardi –

¹⁸ Movimento Democrático Brasileiro.

¹⁹ A *Operação Marumbi* (PR) foi realizada com o intuito de impedir a articulação entre o PCB e o MDB (levando em consideração que os candidatos do segundo tiveram vitória significativa nas eleições de 1974), sendo que aproximadamente 100 militantes e simpatizantes do PCB (e pessoas que se relacionavam com eles) foram presos, interrogados e torturados, física e psicologicamente (PARANÁ, 2014).

Deputado Estadual – MDB/PR, ACT_ACE_1536_81, 07 de agosto de 1978, lauda 10).

Destacam-se na fala do CCC paranaense os elementos ideológicos que espovavam tanto do anticomunismo estado-unidense quanto do antisemitismo nazista, ao passo que o incômodo proporcionado por Bereck Kringer ocorria tanto por ser comunista quanto por ser judeu. O relator, afirma, ainda, que outros políticos, jornalistas, clérigos e estudantes paranaenses também receberam ameaças do CCC na região. Entretanto, apesar das denúncias, constatações e reconhecimento da presença de sujeitos vinculados ao CCC no Paraná, nenhum de seus componentes, mesmo que prováveis, foi identificado pela investigação, sendo que o agente, reforça as configurações das entidades comunistas na região.

Desta forma, as fundamentações do agente expressam, no decorrer da investigação, uma aparente tentativa de demonstrar que o CCC, seria uma preocupação secundária, ou até mesmo uma necessidade frente às configurações paranaenses da conjuntura. Assim, os elementos fascizantes da DSN se evidenciam no direcionamento das investigações relativas aos grupos paramilitares (de caráter miliciano) que, em grande medida, auxiliavam, de forma extra-institucional, o combate aos elencados inimigos subversivos do regime instituído e, é claro, da ordem político-econômico-cultural definida pelas matrizes do anticomunismo estado-unidense.

Apesar de reconhecer que a doutrina oficial da ESG não se assemelhava, de fato, aos ideais nazifascistas, *per si*, é relevante indicar que estes elementos ideológicos faziam parte do cotidiano nacional, especialmente dos círculos da sociedade civil que se prontificavam a integrar, voluntariamente, o sistema de infiltração para identificação de potenciais sujeitos subversivos. Magalhães (1997) demonstra que a própria comunidade de informações estava ciente da maneira como preconceitos étnico-raciais perpassavam a lógica de suspeição dos agentes voluntários (judeus, negros, poloneses, ucranianos, entre outros, eram sempre tomados pelos denunciadores voluntários como detentores de maior nocividade e, portanto, demandariam especial preocupação).

Neste sentido, no ano de 1976, Sodré (1990) ocupou-se de traçar algumas análises e apontamentos sobre a forma como proposições fascizantes perpassavam o cotidiano brasileiro da ditadura militar. A avaliação de alguns meses sobre jornais e revistas, permitiram ao militar evidenciar como o fascismo permeava as páginas da imprensa, alheio a qualquer represália da censura prévia instaurada.²⁰ Esta percepção, indica que a rede de colaboração entre os seguimentos tendencialmente fascistas da sociedade civil brasileira e os órgãos de informação e repressão da ditadura militar era deveras extensa.

²⁰ A censura prévia foi imposta, de forma obrigatória, aos órgãos de imprensa durante a década de 1970 (NAPOLITANO, 2014).

Conforme evidenciado no *Relatório da Comissão Estadual da Verdade – PR Teresa Urban* (PARANÁ, 2014), a partir da década de 1970, os Inquéritos Policiais Militares (IPM's) deixaram de saciar as demandas de setores mais radicais do regime ditatorial. As prisões arbitrárias e sem provas não eram mais suficientes para o combate ao inimigo subversivo interno e tornava-se latente a defesa da necessidade de eliminar a existência de toda e qualquer resistência civil ao regime. É dentro desta perspectiva que as indicações das sumárias execuções, extraoficiais, de militantes comunistas se exacerbam durante a década de 1970.

Assim, o vínculo de aparelhos da repressão com entidades como o CCC desempenhou um papel fundamental nesse processo de execução dos sujeitos subversivos – a Comissão da Verdade paranaense enfatiza, ainda, que neste período é possível identificar alguns erros nos relatórios oficiais dos órgãos de repressão, entre eles a permanência de mandados de busca a militantes já executados (fenômeno que evidencia a forma clandestina de atuação dos grupos de caça e extermínio). Sodré (2010) demonstra que esta concessão estatal à expansão dos poderes paramilitares para grupos milicianos anticomunistas é comum aos regimes políticos de tendência bonapartista²¹ que se consolidaram no Brasil durante o século XX.

Deste modo, dentro do prisma investigativo da comunidade de informações paranaense, identifica-se que as associações polaco-brasileiras obtinham relativização de suas características anticonstitucionais, pelo simples fato de estarem voltadas ao apoio de entidades anticomunistas, da mesma forma que os crimes cometidos pelos grupos paramilitares eram considerados secundários (ou até mesmo necessários) quando voltados para o combate ao inimigo subversivo. É claro que esta lógica não era aplicada à oposição, por mais moderada que fosse a sua proposta.

Em 24 de agosto de 1981, por exemplo, o corregedor geral da Justiça Militar, Célio de Jesus Lobão Ferreira, solicitou ao Supremo Tribunal Militar (STM) o desarquivamento do Inquérito relativo ao caso Riocentro (PARANÁ, SNI. Célio de Jesus Lobão Ferreira – Corregedor Geral da Justiça Militar, ACT_ ACE_1360_81, 03 de setembro de 1981, 11 laudas). Ocorrido no Rio de Janeiro em 30 de abril de 1981, o caso, constituiu-se enquanto um atentado terrorista, sendo que “o incidente estabelecia uma ligação direta entre os atentados e o aparelho repressivo do regime” (BRASIL, 2014, p.107).

O atentado, orquestrado por integrantes do sistema repressivo estatal, ambicionava apresentar-se como terrorismo de esquerda, visando, assim, retardar o

²¹ Apropriado de Marx (2008a), o conceito de bonapartismo refere-se aos regimes ditatoriais que se caracterizam pela supressão dos poderes Legislativos em detrimento do poder Executivo, processo realizado de modo autocrático, mas, mantendo uma constante preocupação com a manutenção da boa imagem, frente à sociedade civil, do indivíduo, ou instituição (no caso aqui apresentado, as Forças Armadas), responsável pelo regime ditatorial.

processo de abertura política que estava em curso (1975-1985)²² – os Inquéritos referentes ao Riocentro, disponibilizados no ano de 2012, foram analisados pela Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014) e os resultados estão disponíveis para o público.

Assim, em decorrência da atitude, a investigação realizada solicitou à 5ª RM/DI (Curitiba-PR) informações sobre a atuação de Célio de Jesus Lobão Ferreira durante a época que trabalhou como auditor nas dependências da unidade em questão (1965-1970). O agente paranaense responsável afirmou que o corregedor geral “era tido como defensor de subversivos tendo em sua atuação, inclusive, procurado desvirtuar e atrapalhar o andamento normal dos processos instaurados por subversão nesta área” (PARANÁ, SNI. Célio de Jesus Lobão Ferreira – Corregedor Geral da Justiça Militar, ACT_ACE_1360_81, 03 de setembro de 1981, lauda 02).

A depreciação da imagem de Célio Lobão Ferreira, realizada pelo agente, fundamentava-se no mero fato da propensão do investigado atuar, juridicamente, na defesa de sujeitos considerados subversivos. Deste modo, expressa-se a concepção de que, uma vez considerado suspeito de subversão, o indivíduo brasileiro deveria permanecer excluído dos direitos básicos, até mesmo de questionamento legal de seu encarceramento – perspectiva que reforça o aprofundamento do processo de desumanização do sujeito subversivo. Constrói-se, então, uma lógica interpretativa, racionalizadora, que direciona a classificação de subversivo para os agentes que integrassem o sistema judiciário e insistissem em posicionar-se na defesa dos inimigos subversivos elencados pelos aparelhos de informação e repressão.

Ademais, é interessante notar que as informações sobre os esquadrões de extermínio e tortura dos subversivos capturados, aparentemente, não perpassa os registros do SNI paranaense e catarinense. Fenômeno que evidencia em primeiro lugar a autonomia que os órgãos de extermínio tinham, até mesmo em relação ao principal sistema de inteligência nacional, por outro lado expressa a preocupação do regime ditatorial com a prevenção de produção de provas referentes ao desumano tratamento dispendido contra os subversivos.

Em outras palavras, os responsáveis pelas ações clandestinas tinham plena consciência do caráter desprezível destas operações, da aberração que seria a sua divulgação, mesmo em tempos posteriores à abertura política, independente da consolidação, ou não, do consenso pressuposto pela DSN em meio à sociedade civil. Apesar de tudo isto, as configurações ideológicas extremadas e o próprio aparelho institucional direcionaram a contínua ação persecutória, cujos aspectos mais desumanos eram restritos ao sigilo dos porões da ditadura militar.

²² Há de se ressaltar que a crise gerada pelo episódio Riocentro foi um dos principais motivos do afastamento de Golbery do Couto e Silva, então chefe da Casa Civil da Presidência (1974-1981).

Considerações finais

Partindo de uma análise materialista histórico-dialética da ideologia de Segurança Nacional da comunidade de informações paranaense, a presente pesquisa visou elucidar a forma como as condições materiais da vida social permearam as diretrizes investigativas dos agentes que compunham o órgão de inteligência brasileiro durante o período de ditadura militar brasileira (1964-1985).

Se, por um lado, constatou-se a preocupação interna de adequação do contingente qualitativo de funcionários a integrarem a comunidade de informações paranaense, por outro, evidenciou-se que os parâmetros definidos para a seleção deste “material humano de qualidade”, não se encontravam pautados nos princípios de atuação a partir de pressupostos de neutralidade investigativa.

Utilizado como exemplo de excelência no desenvolvimento de suas funções, no combate à subversão no Paraná, o delegado do DOPS de Curitiba-PR, Ozias Algauer, apresentou fortes indícios do modo como as diretrizes doutrinário-ideológicas de Segurança Nacional perpassavam o modelo investigativo da comunidade de informações paranaense. Suas fundamentações indicavam as heranças do positivismo, funcionalismo e tradicionalismo cristão, que embasaram a concepção de mundo interna do órgão investigativo, elucidando, ainda, a forte preocupação com a reprodução do modelo de desenvolvimento capitalista pautado na dependência interna em relação ao imperialismo externo.

Deste modo, a lógica de atuação da comunidade de informações brasileira consolidou dois graves problemas para a realidade nacional, durante seu período de atuação. Em primeiro lugar, suas implicações para a sociedade civil brasileira foram extremamente nocivas, ao passo em que rompiam com quaisquer parâmetros condizentes com os princípios de democracia. Em segundo lugar, a apropriação dos paradigmas estado-unidenses contribuiu para uma formação de agentes que rompia com os princípios de soberania nacional, tendo em vista que sua atuação se voltava para a defesa dos interesses político-econômicos do imperialismo estado-unidense.

Identificou-se, também, as contradições inerentes à lógica de atuação dos agentes da comunidade de informações paranaense. Se, por um lado, entidades e grupos tendencialmente fascistas tinham suas investigações marcadas pela relativização de seus crimes, em detrimento do auxílio no combate à subversão, por outro, sujeitos ou grupos que se predispunham a questionar as ações terroristas cometidas por militares durante o período ou que, meramente, articulavam-se em defesa de sujeitos considerados subversivos, eram consecutivamente culpabilizados como subversivos, a partir de uma lógica deturpada de racionalização doutrinada.

Por fim, ressalta-se que esta pesquisa objetivou contribuir qualitativamente para o desenvolvimento de novas investigações acerca da temática. Não pretendendo, portanto, esgotar as discussões apresentadas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Roniere R. **Milagre Político**: Catolicismo da libertação. São Paulo: Annablume, 2010.

BRASIL. **Relatório/Comissão Nacional da Verdade. vl 1**. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf. Acesso em: 11 dez. 2016.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

EUA. **Central Intelligence Agency**, Memorandum from Director of Central Intelligence Colby to Secretary of State Kissinger, Washington, 11 april, 1974. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve11p2/d99>. Acesso em: 29 maio. 2019.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5 ed. São Paulo: Editora Globo, 2008.

FICO, Carlos. **Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar**: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do silêncio**: a história do serviço secreto de Washington Luis a Lula (1927- 2005). São Paulo: Record, 2005.

KOCH, Ana Maria. **Ocidente cristão em Golbery do Couto e Silva**. Dissertação de Mestrado em Estudos Iberoamericanos. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1999.

LAGÔA, Ana. **SNI: como nasceu, como funciona**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 2009.

LUKÁCS, Georg. **Para a ontologia do ser social**. volume 14. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

LUKÁCS, Georg. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

LUKÁCS, Georg. **Introdução a uma estética marxista**: sobre a particularidade como categoria estética. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

LUZ, Alex F. Geopolítica do Brasil: a trajetória de Golbery do Couto e Silva e sua perspectiva no campo intelectual. **Revista Ágora**, Vitória, n. 22, 2015, p.350-360.

MAGALHÃES, Marionilde. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos no Brasil. **Revista Brasileira de História**. vol. 17 n. 34 São Paulo 1997.

Diretrizes e contradições da Doutrina De Segurança Nacional expostas no arquivo de documentos do Serviço Nacional De Informações do Paraná (1964-85)

MANNHEIM, K. O pensamento conservador. In MARTINS, J. S. (org.) **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981.

MATHIAS, Suzeley K; ANDRADE, Fabiana de O. O Serviço de Informações e a Cultura do Segredo. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p.537-554, jul./dez. 2012.

MARINI, Ruy M. Dialética da Dependência. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 3, p.325-356, dez. 2017.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. 2ª reimpressão. São Paulo: Martins Claret, 2008a.

MARX, Karl. **Contribuição a crítica da economia política**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008b.

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã e seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MAZZEO, Antonio C. **Estado e Burguesia no Brasil**: origens da autocracia burguesa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

MAZZEO, Antonio C. **Sinfonia inacabada**: a política dos comunistas no Brasil. São Paulo/Marília: Boitempo, 1999.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

MIGUEL, Luis F. Segurança e desenvolvimento: peculiaridades da ideologia da segurança nacional no Brasil. **Diálogos Latinoamericanos**, Arhus, n. 5, 2002, p.40-56.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MOTTA, Rodrigo P. S. **Em guarda contra o perigo vermelho**: anticomunismo no Brasil (1917-1964). 2000. Tese (Doutorado) em História Econômica, apresentada a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

PARANÁ. **Relatório da Comissão Estadual da Verdade – PR Teresa Urban**. 2014. Disponível em: <https://www.documentosrevelados.com.br/geral/relatorio-final-da-comissao-estadual-da-verdade-do-parana/>. Acesso em: 15 jan. 2017.

PARANÁ. **SNI**. Entidades que Congregam a Colônia Polonesa nos Estados do Paraná e Santa Catarina, ACT_ ACE_ 1375_ 81, 09 de setembro de 1981, 09 laudas.

PARANÁ. **SNI**. Célio de Jesus Lobão Ferreira – Corregedor Geral da Justiça Militar, ACT_ ACE_ 1360_ 81, 03 de setembro de 1981, 11 laudas.

PARANÁ, SNI, Funcionamento do SISNI, ACT_ACE_1495, 30 de dezembro de 1978, 05 laudas.

PARANÁ, SNI, Comando de Caça aos Comunistas – CCC – Renato Bernardi – Deputado Estadual – MDB/PR, ACT_ACE_1536_81, 07 de agosto de 1978, 19 laudas.

PARANÁ, SNI, Atividades Subversivas – as atuais áreas de tensão no país e sua provável utilização pela subversão, ACT_ACE_1545_81, 20 de julho de 1978, 36 laudas.

PARANÁ, SNI, Inquérito visando o comprometimento de militantes do PCB no Paraná, ACT_ACE_1022_81, 17 de novembro de 1975, 65 laudas.

RIBEIRO, Marcos V. Anticomunismo e Inimigo Interno: uma avaliação da Doutrina de Segurança Nacional a partir de sujeitos e manuais da repressão durante as ditaduras do Conesul. **História, debates e tendências**, Passo Fundo, v. 19, n. 3, p.384-401, set./dez. 2019.

RODEGHERO, Carla. **Memórias e avaliações**: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964. Tese (Doutorado) em História apresentada a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2002.

SAMWAYS, Daniel T. **Inimigos imaginários, sentimentos reais**: medo e paranoia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações (1970-1973). 2014. Tese (Doutorado) em História, apresentada a Universidade Federal do Paraná.

SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica e Poder**. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003.

SODRÉ, Nelson W. **História Militar do Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SODRÉ, Nelson W. **O fascismo cotidiano**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

SOUZA, Reginaldo C. Ditadura Militar Brasileira: o aparelhamento do sistema repressivo e a fabricação do informante. **História, debates e tendências**, Passo Fundo, v. 19, n. 3, p.420-438, set./dez. 2019.

TAPIA VALDÉS, J. A. **El Terrorismo de Estado**: La Doctrina de la Seguridad Nacional em el Cone Sur. Ciudad de Mexico: Editorial Nueva Imagem S.A., 1980.

Submetido em: 02/03/2020

Revisões requeridas em: 25/04/2020

Aprovado em: 11/03/2021

Publicado em: 10/09/2021